

40º Encontro Anual da ANPOCS

SPG - 06 Desenvolvimento e democracia na América Latina:
experiências, mitos e alternativas paradigmáticas

**Desenvolvimento, Campesinato e Feminismo na América Latina:
Uma análise das formas de representação
política no campo brasileiro**

Caroline A. Bordalo

Doutoranda - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
PUC-RJ e Docente do CEFET-RJ

Resumo

Este trabalho é parte da minha pesquisa de doutorado que se dedica a analisar os trinta e cinco anos do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no oeste de Santa Catarina. Aqui, me dedico à relação entre Desenvolvimento e Campesinato a partir da análise de um movimento social periférico – de mulheres rurais – ainda que este conte com uma projeção internacional por meio da Via Campesina. Para tal fim, analisamos os caminhos trilhados para a construção da representação política das mulheres camponesas e, portanto, nos interessa pontuar acerca da relação tecida entre Estado e movimento ao longo deste período marcado por intensa mobilização social durante a redemocratização. Trata-se de um período específico que confere ao campesinato uma posição política de destaque. Veremos que, nesse contexto, a conformação de uma luta compreendida como “de mulheres rurais” surge como um elemento crucial na luta por direitos no campo ao reivindicar o seu reconhecimento como trabalhadora rural e, por conseguinte, denunciar a sua exclusão dos espaços de representação política. E, no âmbito da disputa política, temos neste momento a aproximação gradual com o movimento feminista. Assim, mobilizamos o seu histórico, as teorias utilizadas para analisar o campesinato no Brasil, as críticas levantadas por esses movimentos e as perspectivas feministas no âmbito das teorias decoloniais. O encontro das questões que organizam cada um desses debates nos auxilia a pensar as experiências de organização das mulheres rurais no Brasil em sua luta por direitos e por um modelo de desenvolvimento que conte com a sua presença e não com o seu extermínio sistemático, num contexto em que se agudizam as contradições sociais e aumenta a concentração fundiária.

Palavras chave: campesinato; movimentos de mulheres rurais; representação política.

Introdução

É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, essa vontade foi por muito tempo inexistente.

(Michele Perrot, 1998)

Neste texto apresenta-se parte da minha pesquisa de doutorado acerca dos movimentos de mulheres rurais no Brasil¹ onde observamos a necessidade de se compreender a relação entre a emergência destes movimentos de forma correlata ao crescente movimento feminista que se consolida no cenário político brasileiro. São processos distintos que, uma vez em conexão, construíram um canal de interlocução ante o Estado bem como suscitaram discussões e reformulações na dinâmica internas destes movimentos. Igualmente, a partir da análise empírica, buscamos apontar algumas questões teóricas que nos parecem pertinentes acerca dos movimentos de mulheres e sobre o *campesinato*. De forma sucinta, podemos colocar que:

1. É necessário um olhar crítico acerca da relação campo-cidade no que concerne à teoria sociológica que privilegia a cidade enquanto lócus privilegiado da mudança social. O lugar do *campesinato* é parte de um debate clássico na Sociologia Política. Não obstante, se relega ao *campesinato* um lugar secundário na conformação da modernidade. No caso brasileiro, esse aspecto já foi fartamente analisado por fases distintas da Sociologia Brasileira. Contudo, nos interessa aqui especialmente o recorte dado por José de Souza Martins ao apontar a relação entre os movimentos camponeses, os movimentos dos

¹ A tese em questão é fruto de mais de uma década dedicada a compreender as diversas dimensões inscritas neste fenômeno social. (BORDALO, 2011; 2005) Esta experiência anterior apontou para a necessidade de preencher algumas lacunas acerca do surgimento dos movimentos de mulheres rurais. Em todo esse período de pesquisas sobre os movimentos de mulheres, lidamos com a permanência de dois aspectos e aqui buscamos contribuir para superá-los: a fragmentação em estudos de caso e a reprodução de certos preconceitos sobre o meio rural, sobretudo, no que se refere às mulheres rurais. Ambos estão relacionados e o caminho construído neste trabalho objetiva romper com qualquer interpretação que os corrobore.

trabalhadores na cidade e a preponderância do segundo sobre o primeiro. O protagonismo do movimento operário é sempre norteador do debate acerca da necessária modernização econômica e política do Brasil e, assim, a ação política do campesinato é sempre “fora de lugar”, dado que dele não se espera qualquer protagonismo. O que se torna evidente, ressalta o autor, é a posição sempre tutelada num longo processo de construção de sua representação política. Uma discussão mais recente permite traçar conexão entre a crítica efetuada por Martins e a crítica ao olhar eurocêntrico que reproduz estereótipos ao analisar o protagonismo dos movimentos sociais rurais, indígenas, negros e de mulheres. Esse “olha de baixo”, “das franjas” ou simplesmente “periférico” tem gerado importantes questionamentos e um novo aporte teórico acerca dos processos sociais no âmbito da América Latina.

2. É necessário travar a discussão acerca da dominação masculina, mobilizando todo debate conceitual a fim de conectar à condição subordinada da mulher rural no Brasil - em específico nas condições sociais e históricas do oeste catarinense – aos macro processos sociais no tocante a luta por direitos. Esta se inscreve num longo processo, específico da modernidade, de luta por igualdade e direitos. Tais lutas compõem a linha norteadora para a nossa reflexão acerca da reprodução das estruturas de dominação contemporâneas. A teoria decolonial tem apontado para uma perspectiva crítica do feminismo eurocêntrico, expondo os problemas advindos de sua tradução no cotidiano das mulheres africanas, asiáticas e latinoamericanas. O feminismo periférico ou decolonial tem colocado importantes interrogações e a necessidade de outro olhar para as resistências forjadas por essas mulheres, muitas vezes distantes das esferas institucionais e das formas “clássicas” de organização como sindicatos, partidos, etc. Nesse sentido, tais teorias possuem em comum o esforço de revisão epistemológica acerca dos processos de mudança social.

3. Os movimentos de mulheres rurais no Brasil são fruto do período de redemocratização da década de 1980. As abordagens sobre este período são heterogêneas e nos obrigam a muito mais do que apenas situar tais movimentos como parte desse processo. Há de se avançar analiticamente acerca da relação

entre economia e política – entre Estado e transformações econômicas macroestruturais – e, ao fazê-lo, situamos as lutas das mulheres de forma distinta, afastando-nos de concepções generalistas (e muitas vezes essencialistas acerca de uma categoria supostamente universal: “mulher”) e caminhando para uma perspectiva capaz de conectar experiências locais com o movimento feminista mais amplo. No caso brasileiro, temos algumas observações preliminares: *i)* os movimentos de mulheres rurais foram equivocadamente destacados de seus contextos imediatos de organização; *ii)* a ênfase na eficácia das suas ações junto ao Estado e nas articulações políticas entre movimentos “pinçaram” certos aspectos em detrimento de outros tal como, por exemplo, as formas cotidianas de resistência e como estas se conectam com o momento de maior visibilidade política. No caso das mulheres rurais, estas formas assumem uma maior importância dado que estas conformam o substrato político de sujeitos que, até então, não estavam presentes em partidos e sindicatos rurais. A forma assumida – luta pelo direito de sindicalização e pelo reconhecimento como trabalhadora – é uma dimensão desse processo mais amplo inscrito no cotidiano dessas mulheres e na disputa política histórica pela representação do campesinato.

4. É curioso perceber como, na Sociologia brasileira, a realidade das áreas rurais tornou-se mais um tema entre tantos outros. Antes um componente dos estudos considerados clássicos, fundadores que são de debates seminiais das Ciências Sociais, acabou por tornar-se um tema pouco valorizado, obedecendo a dinâmicas flutuantes de interesse. Apesar da imensa produção de pesquisas oriundas de diversas áreas de conhecimento, ainda reproduzimos sistematicamente uma relação de desconhecimento sobre o meio rural. Isso não ocorre ao acaso. É fruto de uma matriz intelectual que pensa a modernidade a partir do urbano e do avanço industrial seja pelos interesses capitalistas seja pelos que pensam os processos de resistência a partir de um modelo onde o operário é o protagonista. Seu lugar em qualquer projeto de desenvolvimento é algo em disputa e sua legitimidade política é sempre frágil. No caso brasileiro, com sua altíssima e crescente concentração fundiária, realizar essa revisão de pressupostos comuns sobre o campesinato nas teorias sobre mudança social e

desenvolvimento é fundamental. Sobretudo se nosso objeto são as resistências organizadas de mulheres trabalhadoras rurais e camponesas.

O que se convencionou chamar como *mundo rural* parece referir-se a um universo cerrado em sua dinâmica própria². Muitas vezes foi e permanece sendo identificado como bucólico, como lugar da tradição e do conservadorismo, ou mesmo do atraso, quase um resquício de uma sociedade que caminha a passos largos para a completa urbanização. Evidentemente, este é um olhar urbano sobre uma realidade que está muito além de estereótipos e caricaturas. Como oportunamente nos lembra Maria Ignez Paulilo (2004), o ‘rural’ não foi algo preexistente, mas algo construído no mesmo momento em que se separou campo e cidade. Ele é tão fruto da modernidade quanto as chaminés das fábricas e pensar estes processos de mobilização no campo sempre nos coloca a necessidade de romper com dicotomias e identificar os processos sociais que, inclusive, engendram estas classificações. Como diz Lefebvre,

Entre os que – cidadãos, intelectuais, certamente historiadores ou sociólogos – passam por uma de nossas aldeias, descubrem sua fisionomia original ou indeterminada e assustam-se com a sua monotonia ou admiram seu “pitoresco”, quantos sabem que ela não se reduz a uma confusa mescla acidental de homens, de animais e de coisas e que seu exame revela uma organização complexa uma estrutura? (LEFEBVRE, 1986: p.144)

Esta observação preliminar se faz importante na medida em que buscamos superar a visão em que o campo ou o mundo rural tem como característica fundamental o conservadorismo. A análise sobre a ação coletiva no campo carrega, por vezes, uma visão dicotômica onde os movimentos sociais figuram como agentes modernizadores diante do arcaísmo da nossa

² Segundo Lefebvre (1986), podemos falar de um “mundo” camponês, não no sentido dessa realidade constituir um “mundo”i solado, mas em função de sua extraordinária variedade e de suas características próprias. Contudo, tal realidade foi por muito tempo ignorada e, para ilustrar essa ausência diz que “não se pensava neles (os camponeses) mais do que se pensa no nosso estômago e nosso fígado enquanto estamos bem”. Segundo o autor, “os sociólogos passaram do estudo dos povos primitivos ao estudo dos meios urbanos e industriais, saltando por cima dessa realidade tão vasta no tempo e no espaço.” (LEFEBVRE, 1986)

estrutura agrária. Esta observação preliminar nos parece importante na medida em que buscamos superar a visão em que o campo ou o mundo rural tem como característica fundamental o conservadorismo e também para compreendermos a construção de sua ação política em torno da conquista de *direitos*.

A ideia de dois Brasis, de ambigüidades ou hibridismo, de uma combinação entre relações modernas e atrasadas, sempre reserva ao rural um lugar secundário. Para a análise dos movimentos de mulheres rurais, essa primeira ressalva é fundamental e merece problematização. Tais movimentos possuem uma longa trajetória de mobilização e organização. Datam de fins da década de 1970 os primeiros impulsos nesse sentido e, nacionalmente, foram e seguem como protagonistas das principais lutas e conquistas de direitos no meio rural. Contudo, nesta pesquisa distancio-me de perspectivas que buscam mensurar a modernidade destes, estabelecendo distinções questionáveis entre movimentos mais “avançados” (mais autônomos, distintos de formas de representação clássicas como os sindicatos e partidos e mais efetivos na conquista de suas reivindicações) e “atrasados” (dada a proximidade ou permanente interlocução com sindicatos e partidos políticos). Explicarei mais adiante como esse é um viés comum nos estudos de caso sobre os movimentos de mulheres.

Meus esforços, em sentido oposto, se dão no sentido de alinhar essas experiências tomadas como parte de um processo macro social em que devem ser observadas as relações estabelecidas entre Estado e movimento social sem tomar de antemão nenhum processo político “exemplar” para se pensar sobre democracia, participação e representação política. Em suma, trata-se de se problematizar nossos referenciais teóricos – muitas vezes implícitos em nossas conclusões – acerca de *democracia, desenvolvimento e mudança social*.

Os movimentos de mulheres sob uma perspectiva comparativa

A análise das ações coletivas e movimentos sociais por vezes assumem um caráter normativo e, como conseqüência, estabelecem hierarquias seja por comparação ou mesmo na construção de categorias de análise. Ao invés de “encaixarmos” o movimento de mulheres camponesas no turbilhão organizativo que representou a década de 1980, nesta pesquisa meu objetivo foi alinhar pontos que por vezes fogem nas análises que já partem de uma classificação prévia ou de uma tipologia dos movimentos sociais³. Nesse sentido, apontamos para a *política* como um fenômeno empírico e múltiplo por princípio.

Como dito anteriormente, este texto é um recorte da minha pesquisa de doutorado e a construção do meu objeto se deu ao longo dos anos que a antecederam. Os movimentos de mulheres rurais surgiram em quase todos os estados na década de 1980, porém, ainda que seja um aspecto imprescindível, não nos parece suficiente a relação entre a condição social subordinada da mulher rural e um contexto político em ebulição. A ideia de latência que muitas vezes permeia a literatura sobre os movimentos de mulheres, de forma geral obscurece as relações, conflitos e projetos compartilhados no campo político onde estes se inserem. Os conflitos entre movimentos de mulheres e organizações mistas são trazidos somente para justificar a autonomia destes e, em seguida, estabelece-se uma relação imediata com uma opressão e dominação masculina em termos históricos, porém genéricos.

A noção de *especificidade* utilizada para designar as pautas das rurais é também recorrente nos estudos sobre os movimentos de mulheres. É por meio

³ Sobre este aspecto, devemos muito ao recurso às teorias dos “novos movimentos sociais” onde o centro da análise é deslocado das relações sociais de produção e seus antagonismos para a dimensão da cultura e seus conflitos. Em outras palavras, esvazia-se de sentido o conceito *classe social* a favor de uma nova apreensão do fenômeno social o qual deveria ser apreendido por um novo paradigma analítico. Alain Touraine, umas das principais referências teóricas dos Novos Movimentos Sociais, os valoriza na medida em que estes não são expressão apenas dos conflitos de classe, mas de diversas formas de opressão e dominação: “a noção de movimentos sociais deve tomar o lugar da noção de classe social porque não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais, que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa bem como a defesa dos direitos do homem, o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, à livre expressão, à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais.” (Touraine apud Gohn, 1997: p. 152). Assim, o lócus de análise seria a construção de novas identidades, novas sociabilidades, novas práticas democráticas e participativas, valores, diversidade e etc.

dela e do conceito de *gênero*⁴ que eles serão analisados⁵. Contudo, consideramos que não se pode corroborar a noção de especificidades como se, paradoxalmente, essas fossem capazes de universalizar a experiência subalterna das mulheres. O desejo de universalização e da criação de afinidades entre condições tão diversas, encontra na noção de especificidade uma falsa solução pois, ao contrário, tende a associá-la à maternidade ou funções familiares. Além do isolamento de uma relação de dominação que, a nosso ver, é incapaz de ser explicada descolada de outras práticas, incorre em naturalização, essencialismo ou num olhar trans-histórico. Ao mesmo tempo, situar tal experiência nos impõe a construção de um olhar que abarque relações e práticas sociais que a engendram.

É nesse sentido que minhas pesquisas anteriores indicaram a necessidade de, ao invés de buscar um denominador comum, a multiplicidade de formas de organização, resistência e de concepção política inscrita em cada contexto histórico deveria ser observado a fim de conectá-los a processos sociais mais amplos que referem-se a luta por reconhecimento e por direitos. Mas, para tal, deveria me afastar de qualquer perspectiva normativa ou que partisse do pressuposto do conservadorismo político do campesinato. É necessário, portanto, um olhar mais atento às formas de resistência, de baixo para cima, e suas devidas articulações com múltiplos fenômenos no âmbito da dinâmica disputa política pela representação, isto é, na construção de porta-

⁴ Sobre esta discussão, cabe apenas pontuar aqui como a circulação da produção teórica influenciou a natureza dos debates acadêmicos em determinados períodos no Brasil. A utilização do conceito de *gênero* se deu na proporção inversa a utilização do conceito de *classe social* vinculada a forte tradição marxista. Tal descolamento representou o isolamento e um recorte muito específico do fenômeno da desigualdade de diversas ordens entre homens e mulheres. De forma geral, podemos dizer que até meados dos anos 2000 tal separação se tornou consistente e não raro, poderíamos falar de gênero sem qualquer menção à classe social. Ainda que autoras como Elizabeth Souza Lobo e Paola Capellin buscassem conexões entre gênero e trabalho, a utilização do conceito de gênero grassou como se referisse a um conflito universal. É interessante perceber que no final da década de 1970 e início dos anos 80, a Sociologia do Trabalho teve importantes contribuições acerca da relação entre classe e gênero (abordando temas como a feminização de determinados setores e também a questão da representação sindical) as quais nunca obtiveram a mesma visibilidade que os chamados 'estudos de gênero'. Mais recentemente, as teorias que propõe uma perspectiva interseccional (entre classe, raça e gênero), as teorias decoloniais (críticas ao eurocentrismo) e o feminismo negro tem reconfigurado profundamente as análises em torno da desigualdade de gênero.

⁵ Ver Paulilo (2007; 2000)

vozes legítimos ante o Estado e de pautas que se consolidam nacional e internacionalmente, como ocorre no caso do feminismo.

Traçando um breve histórico, entendemos que a forma como as mulheres rurais percebem suas “questões específicas” não são homogêneas, não são lineares, não são as mesmas em todas as regiões do país e não seguem etapas pré-estabelecidas de conscientização acerca de sua condição subordinada. Ao contrário, partimos do pressuposto de que são extremamente diversificadas, complexas, envolvem múltiplas dimensões e não representa a tradução direta de sua condição social. Consideramos que, ao segmentar as relações de poder, deixa-se de perceber a dinâmica das estruturas sociais e, portanto, desconsiderá-las como parte destes processos. A existência e a importância da construção de um novo ator político na relação com o Estado não deve significar a inobservância da forte presença de tradições e concepções políticas específicas advindas de confluências de outros elementos que somente a análise sociológica é capaz de apontar.

Na literatura sobre o tema, percebemos que esse processo tem sido visto de uma forma um tanto linear onde o surgimento dos movimentos de mulheres rurais teria levado à formação de articulações regionais – o AIMTR-Sul em 1985 (Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul) e o MMTR-NE (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste) em 1986 - e posteriormente, em 1995, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Como desdobramento das *etapas* anteriores, a formação em 2004 do Movimento de Mulheres Camponesas é percebida como um processo de amadurecimento político das trabalhadoras e a mudança da nomenclatura uma estratégia importante na medida em que *camponesa*⁶ nesse contexto, e como coloca a definição do próprio movimento, engloba uma gama diversificada de situações:

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias,

⁶ Assim como a categoria *trabalhador rural* em outro momento (PALMEIRA, 1997), a afirmação da categoria *camponesa* representaria uma estratégia importante em termos de disputa nas bases e de negociação com o Estado.

negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. (MMC, 2004: p.1)

No entanto, este processo é marcado por profundas divergências entre as mulheres do sul e as mulheres do nordeste, presentes desde os primeiros encontros. Nos Anais do 1º Encontro da ANMTR em 1997 é possível apontar que, neste processo de organização das mulheres rurais, os conflitos entre as formas de encaminharem as suas demandas se colocaram de forma visível. Ainda que o objetivo do encontro tenha sido o de constituir um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas, as avaliações dos movimentos presentes⁷ apontam para uma clara divisão. (BORDALO, 2011)

Destarte, é importante frisar que todo o texto que compõe o documento se alinha às orientações apresentadas pelos movimentos da região sul, frisando as articulações políticas já estabelecidas com outros movimentos sociais e entidades tais como, por exemplo, o MST e a CUT. Apesar de apresentarem suas críticas no que se refere às questões de gênero, ambos são colocados como os interlocutores por excelência das mulheres rurais na discussão sobre a relação entre as lutas de classe e a luta das mulheres.

Logo, a criação da ANMTR não representou a dissolução do MMTR-NE ou ainda a sua vinculação enquanto parte integrante da proposta de articulação nacional que açambarcaria diversos movimentos de mulheres autônomos. Ao contrário, embora tenha surgido a ANMTR, esta representou de fato a convergência dos movimentos anteriormente integrados à AIMTR-Sul. Os demais movimentos adotaram neste momento a posição de estabelecer as lutas que são unificadoras, tais como desenvolver ações para garantir os direitos conquistados: Previdência, Saúde; desenvolver ações para que sejam garantidos às trabalhadoras rurais os benefícios já conquistados em lei; realizar

⁷ As organizações presentes foram: Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul), Comissão Estadual de Mulheres da Fetagro- RO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR-CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE).

ações no dia 8 de março e intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

O que destacamos destas pesquisas anteriores é que tais distinções apareceram de forma contundente (BORDALO, 2011; 2005). O MMC, de abrangência nacional, possui sua sede em Passo Fundo, Rio Grande do Sul e no ano de 2005 lá estive para realizar entrevistas com suas lideranças e compreender mais a respeito da atuação do movimento e dos motivos da sua localização ser no sul do país. Quando perguntava sobre a atuação do MMC em outros estados as respostas seguiam uma mesma narrativa: a região sul ainda era a “base do movimento”. Outra dirigente me explicava que a unificação havia sido um importante passo, mas que “o movimento tem que ficar perto da sua base, uma vez que o Sul é, sem dúvida, a região mais ‘avançada’ no sentido da luta, do que nas outras regiões”, sendo esse o principal motivo da secretaria ser em Passo Fundo. Outra liderança do movimento me dizia que “não tem nenhum movimento no Brasil que não tenha virado MMC, só em Pernambuco que não tem, lá as mulheres são viciadas em sindicato” e que, ao contrário, o momento era de fortalecer “o movimento” como meio de conquistas de direitos sociais⁸.

De acordo com Maria Ignez Paulilo (2004, 2003), a partir de uma análise comparativa entre mulheres sindicalistas, mulheres militantes do MST e do MMC, é possível apontar para diferenciações profundas entre estes. Segundo Paulilo,

“há uma diferença profunda entre as mulheres ligadas ao MMC e as ligadas aos outros dois movimentos quanto à representação que fazem das categorias classe e gênero. Para as sindicalistas e as pertencentes ao MST, as questões de classe de alguma forma contém as de gênero, pois as mulheres são apenas um exemplo da classe trabalhadora como um todo. Para as militantes do MMC, as mulheres são uma exceção que deve ser vista em toda sua especificidade.” (2004: 1)

⁸ Em minha dissertação de mestrado me dediquei a analisar a relação entre a forte tradição sindical de Pernambuco e a relação com os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais me distanciando da concepção de tutela por parte dos sindicatos e compreendendo a concepção política do movimento a partir da socialização política daquelas que o compunha. (BORDALO, 2011)

Ao fazer essa comparação, nestes termos, a autora acaba por buscar explicações dos posicionamentos em relação às noções de classe e gênero como inerentes aos próprios movimentos. Para Paulilo (2004), as mulheres do MMC teriam alcançado uma análise sofisticada da sua realidade, equilibrando eficazmente sua dupla posição subordinada. Em sua análise, a autora busca elementos históricos para compreender o surgimento dos movimentos de mulheres, apontando para o fato de que estes “foram um produto típico da época dos movimentos sociais no Brasil e apresentam trajetória semelhante a muitos outros destes movimentos. Começam sob forte influência da ala progressista da Igreja Católica”.

Entretanto, ao tomar os movimentos como espaços delimitados e de contornos nítidos, Paulilo acaba levando sua análise para duas direções. Em primeiro lugar, estabelece uma hierarquia valorativa entre os movimentos, onde o MMC desponta como um movimento capaz de gerar transformações mais significativas na medida em que tem aprofundado de forma clara sua concepção sobre as questões de gênero enquanto os outros apenas o fariam de forma indireta e difusa. Em segundo lugar, ao desconsiderar as experiências anteriores dessas mulheres (e muitas vezes concomitante) em outros espaços, toma-se o contexto histórico de surgimento dos movimentos como mera alegoria, sem qualquer especificidade ou indicação de como esse contexto pode explicar as diferentes apropriações das noções de classe e gênero nos movimentos analisados.

Podemos, grosso modo, perceber que estes movimentos se orientam por concepções distintas de política que dizem respeito a aspectos conjunturais da disputa pela representação política dos trabalhadores rurais, mas que também nos remete ao processo histórico de organização destes trabalhadores. Por essa razão, entender quem são essas mulheres “que buscam fortalecer o movimento” em contraposição às mulheres “viciadas em sindicato”, em que pese as tradições políticas levadas à cabo tanto no Sul quanto no Nordeste do país, nos remete diretamente às formas de socialização política destas. Faz-se necessário atentar para o itinerário político tecido nesse processo. Desse modo, podemos afirmar que o fato de se constituir como um movimento autônomo, não fez com que fosse possível uma articulação entre o MMTR-Ne com a AIMTR-

Sul, tampouco com o MMC. Não é o fato de considerar importante ter um espaço composto somente por mulheres para se tratar das “questões específicas das mulheres rurais” que torna possível a articulação entre os diferentes movimentos.

Ao resgatarmos essa distinção entre o MMTR-NE e o MMC, queremos apontar que as relações políticas bem como as concepções que ambos possuem de se fazer política são relevantes para compreender o processo em que estes movimentos estão imersos. Uma vez que essa articulação nacional entre os movimentos de mulheres rurais não ocorreu com a formação da ANMTR e, posteriormente do MMC e, ao contrário, acabaram por reforçar distinções presentes desde os primeiros momentos quando da formação dos movimentos estaduais, é necessário lançar luz não apenas nas *questões específicas* relativas às mulheres, mas como tais questões são apropriadas e incorporadas às disputas políticas.

O fato de ambos os movimentos lutarem por um processo de democratização e de promoção da igualdade nas relações entre homens e mulheres não se traduziu em possibilidade de se articular politicamente, unificando esforços nesse sentido. Sem aprofundar a análise sobre este aspecto, Paulilo (2004) expõe essa diferenciação entre os movimentos da região sul e os movimentos da região nordeste, os quais seriam atrelados à estrutura do sindicalismo rural. Na perspectiva da autora, esse seria um aspecto emblemático da subordinação e da pouca autonomia construída por estes movimentos.

De acordo com o que foi citado, o que se depreende é que tais movimentos de mulheres ainda se encontram atrelados ao espectro das grandes disputas entre os movimentos sociais e o movimento sindical como se, de forma irrefletida (ou por falta de clareza em relação à sua luta enquanto mulher e trabalhadora), transpusesse para as lutas das mulheres as articulações políticas já realizadas por ambos. Neste sentido, caberia ao pesquisador analisar o “maior” ou “menor” grau de *autonomia* para, então, apontar quais movimentos representariam de fato uma mudança significativa nas relações de gênero na medida em que outros seriam tomados, por oposição, como portadores de uma ação política equívoca porque dependente. Sob esta ótica,

os movimentos de mulheres rurais organizados na região nordeste seriam classificados de acordo com a última definição⁹.

Tal perspectiva normativa, ao hierarquizar estes movimentos acaba por obscurecer o fenômeno e o processo social que, inclusive, nos permite estabelecer a comparação entre eles e melhor diagnosticar em qual dinâmica social se inscrevem¹⁰. Sobre estas distinções, Paulilo (2004) argumenta que se fundamentam no diferente peso que os movimentos dão às questões de classe ou gênero, ou seja, para a autora o que distancia um movimento de outro é a sua compreensão acerca destes aspectos:

O medo de dividir a luta, derivado da ideia de que existe uma única luta que vale a pena e de que ela tem dono, leva a desencontros entre os diferentes movimentos de mulheres dependendo da ênfase que dão a questões de classe ou gênero. Esses desencontros, porém, são minimizados através de um conceito amplo de “igualdade de gênero” em que cabem muitas desigualdades. O diálogo, então, torna-se mais difícil porque na prática, a aparente homogeneidade dos chamões se desfaz, e o que era diferença aparece como dissidência, dando lugar a recriminações e ressentimentos. (PAULILO, 2004: p. 17)

O que buscamos apontar pode ser sintetizado nestes pontos: *i)* se lançarmos mão da dicotomia novos/velhos movimentos nos limita a compreensão das relações entre movimentos sociais mistos, movimentos de mulheres rurais, o movimento sindical rural e demais organizações atuantes neste contexto; *ii)* para além dos discursos dos movimentos de mulheres rurais,

⁹ Em minha pesquisa de mestrado, procuramos demonstrar o equívoco de se destinar novamente ao nordeste – e suas mulheres – o lugar do atraso e apontamos a necessidade de se construir novos olhares sobre estas experiências sem pressupor parâmetros ou graus de modernidade política. (BORDALO, 2011)

¹⁰ Maria Ignez Paulilo (2004) apontou os movimentos do nordeste como ambíguos ao passo que os movimentos do Sul possuíam uma visão mais clara acerca dos conflitos de classe e gênero. Segundo a autora, “as mulheres do MMC, ao se reunirem e conversarem entre si, não estão se comportando como alunas aplicadas que aprendem sobre movimentos trabalhistas e teoria marxista, mas estão dando vazão a raivas e angústias incrustadas na sua alma”. A questão que deveria ser problematizada no âmbito da análise sociológica de uma maior articulação entre classe e gênero é transferida para os próprios movimentos. Assim, os conflitos que surgem durante a década de 1980 são trazidos para o plano analítico, mas como são identificados a partir da demanda que cada movimento apresenta, retornam para estes como forma de mensuração de sua ação política.

as relações estabelecidas entre espaços de participação e representação distintos tanto quando do seu surgimento quanto de sua consolidação, conformaram concepções de política diferenciadas (que aqui não é tomada simplesmente como uma questão de expressão máxima da racionalidade dos indivíduos mas como uma dimensão complexa que envolve posicionamentos e experiências históricas de grupos e indivíduos); *iii*) se a relação estabelecida entre movimentos autônomos e movimentos mistos envolvem uma tentativa de controle por parte dos últimos, numa tentativa de tutela tal como observam Paulilo (2004) e Carneiro (2004), devemos também observar em que medida esta noção de tutela não é influenciada por uma expectativa externa à experiência destes movimentos.

Acreditamos também que, após mais de três décadas de organização, reduzir esta relação a uma subordinação dos movimentos de mulheres nos impede de perceber seus questionamentos, as tensões inerentes a essa relações e que podem configurar mudanças significativas em determinados contextos, o processo de socialização política e de adesão a formas específicas de se inserir nas disputas pela representação política das trabalhadoras rurais e das mulheres camponesas. Ao contrário, consideramos que a articulação política com outros movimentos, entidades e organizações dos movimentos de mulheres nada tem de irrefletido e que, de forma alguma, devem ser analisados como se respondessem às demandas dos *movimentos mistos*. Como se existisse uma espécie de tutela por parte destes em relação aos movimentos de mulheres e que, ao fim e ao cabo, respondessem às suas demandas no âmbito da disputa política mais ampla. A permanência de tensões e conflitos não pode, a nosso ver, ser subsumida a ideia de tutela. A relação entre os movimentos de mulheres e as organizações mistas são complexas, permeada por conflitos, mas também por aproximações e concordâncias.

O Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, o qual tenho acompanhado mais detidamente, compõe essa complexa trajetória de organização. Anteriormente denominava-se Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC) e teve seu início em 25 de julho de 1981, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó. Assim como outras iniciativas de

organização popular, o MMA/SC teve uma estreita relação com as Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica. O êxito desta empreitada veio em 1982. A própria pluralidade de ideologias política que marcará esse período coloca em cheque a hegemonia da geração de dirigentes formados anteriormente.

Nesse momento, o MMA/SC compartilha com os demais movimentos de mulheres trabalhadoras rurais a luta pelo reconhecimento como *trabalhadora rural*. Tal reconhecimento surge como uma demanda não apenas pela penetração da discussão de gênero no meio rural, percepção da dominação masculina e dos seus mecanismos de exclusão, mas também pelas pressões que o avanço tecnológico e a mecanização realizavam sobre as formas tradicionais de reprodução social e que envolvem as relações de trabalho e as formas de uso da terra.

Diante deste quadro, de acordo com Salvaro (2010), em 1984 durante a comemoração do Dia Internacional da Mulher, o MMA/SC realiza uma manifestação pública que reúne 500 mulheres. Nos dois anos seguintes, cerca de 3 mil mulheres participaram dando visibilidade e feição pública ao movimento. Se o MMA/SC em seu início direciona suas reivindicações para os sindicatos rurais, o surgimento do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984 representará um ponto de inflexão para o movimento e a sua ascensão em detrimento do sindicalismo será percebida como uma alternativa no encaminhamento da luta política. O estreitamento com outros movimentos de mulheres rurais da região sul¹¹ e com o MST demarcará um caminho que se desenrola até os dias de hoje. Em 2004, o MMA/SC somará esforços na construção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que pretende ter expressão nacional, apresentando-se como força aglutinadora das diversas organizações e movimentos de mulheres rurais. Trata-se de uma articulação que se insere nas estreitas relações estabelecidas com o MST e com a Via Campesina alinhando-se às suas propostas de política agrícola e reforma agrária.

¹¹ Boni (2012) coloca que as ações do MMA/SC se estendem até o Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Campesinato, Desenvolvimento e representação política

A concepção de *desenvolvimento* não comporta apenas a dimensão econômica. Antes, tal concepção se insere em nossa compreensão mais ampla acerca da *modernidade* e, assim, trata-se de uma relação entre as transformações radicais que se deram nas esferas *política* e *econômica*¹². Como aponta Lautier (2009), “desenvolvimento” designa uma mudança social global, gerada pela economia e conduzida pelo Estado, envolvendo uma multiplicidade de processos. Foge ao nosso escopo travar uma discussão mais profunda sobre este ponto. Contudo, e a despeito da diversidade de sentidos, nenhuma é amplamente aceita. Ou seja, trata-se de uma noção que sempre merece ser problematizada e contextualizada. Segundo o autor, existe uma prevalência da visão normativa sobre desenvolvimento desde meados do século XX e os eixos que estruturam tal visão se dão em torno de níveis de desigualdade social, urbanização, investimentos de base e de participação política. Sobre este último aspecto, temos o campesinato como um ator sempre subestimado e pouco observado. No que se refere às mulheres camponesas esta situação é ainda mais crítica, dada sua persistente invisibilidade.

Nos é cara a observação de Lautier (2009) quando afirma que a ideia de desenvolvimento perde aos poucos o que a fundamentava: a afirmação de uma unidade em devir, de um progresso coletivo conduzido por um sujeito histórico, representado pelo Estado:

“O que domina é a explosão: territorial, com pequenas ilhas high tech no meio de metrópoles arruinadas; social, com o crescimento das desigualdades de renda, dos estatutos e a expulsão do mercado de alguns enquanto

¹² A relação entre processos políticos e econômicos é particularmente interessante ao objeto em questão, dado que se impõe a necessidade de rediscussão das abordagens mais recorrentes na Sociologia. Articuladora de ambas esferas, a noção de *mudança social* pressuposta nestas abordagens concebem o rural ou o campo a partir da cidade e do urbano. Logo, é comum a secundarização de sua importância. A perspectiva que apontamos se coaduna com as teorias contemporâneas que buscam uma análise que parte de um olhar periférico, “de baixo para cima” e a partir da experiência concreta. Estas podem se identificadas no âmbito das teorias decoloniais, mas também de outra análise que, no diálogo com o marxismo, aponta para a crítica ao determinismo econômico que traria consigo a defesa do insdustrialismo e da superioridade inerente ao operariado industrial. A esse respeito ver Ferreira e Toniatti (2014)

outros estão “ligados” na mundialização; política, com suas falas mágicas sobre democracia e cidadania mal mascarando a ausência crescente de garantia de direitos à sua própria segurança –assassinatos, linchamento, guerras -, o reinado do clientelismo e a regressão dos direitos sociais.” (Lautier, 2009: 56)

Por essa razão, consideramos que nos distanciar de perspectivas excessivamente normativas nos abrem para questões que permitem analisar processos de luta e resistência contemporâneos bem como compreender como as teorias que se utilizam da noção de desenvolvimento (ou as que carregam implicitamente seus pressupostos) acabam por estabelecer hierarquias que reduzem fenômenos complexos a uma escala construída a priori e a partir de uma visão de Estado (e de ordem social) , de cima para baixo.

Para os fins desse trabalho, será por meio da *representação política* e, por conseguinte, da dimensão da luta por direitos e por tornar-se porta-voz legítimo ante o Estado que analisamos brevemente o cenário político recente. Nossa perspectiva de análise se distancia da problematização das identidades políticas como se estas fizessem referência a algo imutável. Ser trabalhadora rural ou se camponesa, significa a mobilização de elementos estruturais e estruturantes da nossa sociedade. São categorias políticas e devem ser contextualizadas e localizadas em processos de caráter micro e macrosociais.

É de extrema importância a colocação de José de Souza Martins (1981), quando afirma que “a exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política”. O autor chama a atenção para os fatores que escamoteiam a ação política dos camponeses assim como para o fato de que não se trata de uma mera exclusão política. Segundo Martins, a história política do campesinato não pode ser analisada dissociada história das lutas pela “tutela política do campesinato”. Isto é, o olhar sobre o campesinato traz consigo uma leitura específica sobre o seu lugar no processo histórico e na disputa pela sua representação. De acordo com o autor, o protagonismo político do campesinato nunca foi observado, dado que não é dele que se espera qualquer protagonismo.

Sobre esse aspecto, afirma que:

É necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês *no* processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a *sua participação nesse processo* – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. (MARTINS, 1981: p.25)

Mário Grynszpan argumenta que as décadas de 1950 e 1960 representaram um marco fundamental, pois surgem novas categorias de percepção do mundo rural e dos seus atores uma vez que neste momento constitui-se uma questão agrária e, mais, anuncia como sua solução a reforma agrária. Nesse momento, ressalta o autor, o nexos entre a concentração fundiária e a existência de uma ‘questão agrária’ começa a se estabelecer:

No Brasil, foi mais claramente a partir dos anos 1940 que essa associação passou a ser feita de forma sistemática. Sempre existiram conflitos no campo, como os de Canudos, na Bahia, na década de 1890, e do Contestado, no Sul, em uma região disputada por Paraná e Santa Catarina, no início dos anos 1910. No momento em que se deram, porém, tais conflitos foram percebidos não como lutas por terras, mas como movimentos religiosos. As próprias ciências sociais os analisaram, posteriormente, como movimentos messiânicos. Somente nas décadas de 1940, 1950 e 1960 foi alterada, de modo definitivo, a percepção do mundo rural, dos seus agentes e da sociedade brasileira de maneira mais ampla, generalizando-se a visão de que havia uma questão agrária no país, de que sua origem era o latifúndio e de que sua solução era a reforma agrária. (GRYNSZPAN: 1998: p.3)

Por outro lado, o processo de modernização conservadora da agricultura levado a cabo ao final da década de 1960 acabou por imprimir características fundamentais para a compreensão do novo pilar de acumulação e de novas

formas de dominação. A alteração na base técnica e produtiva, a articulação dos complexos agroindustriais. A mudança na arquitetura das classes sociais, com uma maior e intensa integração entre os capitais agrário, industrial e financeiro e uma transformação relativa do papel do estado e das políticas públicas conformaram uma virada no meio rural¹³. (SORJ, 1980, MUELLER, 1986 apud FAVARETO, 2006)

No que refere-se à representação dos trabalhadores rurais, ocorre uma transformação também fundamental. Como sinaliza Grynszpan (2004), nas décadas anteriores eram os grandes senhores, as elites agrárias, os porta-vozes do mundo rural. Ademais, os trabalhadores urbanos já eram significativamente presentes na cena política com sindicatos e centrais atuantes bem como contavam com partidos que propunham representá-los. É na década de 1950 que se começa a atribuir ao homem do campo um caráter político a partir do surgimento de organizações como as Ligas e associações e, já na década de 1960, com a criação dos sindicatos, federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). De acordo com o autor:

Esse reconhecimento ganhou concretude e se consolidou em leis com o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, que estendia ao campo direitos que os trabalhadores urbanos já gozavam desde os anos 1930. (GRYNSZPAN, 1998: p.4)

Nesse sentido, Leonilde Medeiros (2005) afirma que a constituição do sindicalismo rural e dos trabalhadores rurais como categoria política surge num contexto de intensos conflitos e resistência aos processos de expulsão da terra¹⁴. Nesse processo de mobilização e organização foram forjadas categorias muitas vezes alheias aos contextos locais, mas que buscavam transformar

¹³ A esse respeito, Favareto chama a atenção para o fato que o Estado tornara-se, a um só tempo, “repressor dos conflitos e indutor e regulador do processo de modernização”. (FAVARETO, 2006)

¹⁴ De acordo com Grynszpan (2004) a expulsão de camponeses de grandes propriedades teve motivações distintas em cada região do país. Cabe ressaltar também a importância que setores progressistas da Igreja Católica e das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – desempenharam ao associar miséria e concentração fundiária fomentando a organização política.

demandas pontuais em uma luta unificada e politicamente articulada. Sobre este aspecto, Moacir Palmeira e Sérgio Leite (1997) apontam para uma questão crucial, qual seja, a presença do Estado no campo e que essa “simples” presença possui muitos significados.

Se, ao analisar esse processo, sociólogos e cientistas políticos apontam questões como “quem fez?” ou “a quem serviu?” ou mesmo “foi ou não cumprida?”, e apesar da aparente coerência destas interrogações, os autores colocam que um fato sociológico novo acabou por passar despercebido: o de que a partir desse momento passou a existir uma legislação destinada a uma categoria profissional que abarcava uma diversidade de relações sociais do meio rural. Os autores apontam para a complexidade desse período:

Tanto o Estatuto do Trabalhador Rural quanto o Estatuto da Terra e seus desdobramentos foram resultado de um longo processo de lutas sociais e políticas. Longe de representarem a imposição unilateral da vontade de um grupo, refletiram um jogo de conflitos e composições entre os interesses dos setores sociais envolvidos com a questão da terra ou dos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que expressaram as alterações nas “composições de poder e estilos de populismo” que desembocaram no golpe militar de 1964. (...) Antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades, antes impensáveis, de intervenção do primeiro sobre esta última. (...) Tornou-se uma referência capaz de permitir a reordenação das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades. (PALMEIRA e LEITE, 1997: p. 23)

A partir deste período, os camponeses passaram a se identificar e, sobretudo, a ser identificados como atores políticos importantes e, assim, “também móvel da disputa entre grupos e partidos que buscavam apresentar-se como seus porta-vozes e legítimos representantes” (Grynszpan, 1998). Esse processo que traduz a inserção dos trabalhadores nos debates políticos nacionais possui diversas dimensões e desdobramentos, tendo como conseqüência fundamental a organização política dos trabalhadores.

Não obstante, esse impulso organizativo se deu cercado de limites. José de Souza Martins (1981) nos mostra que, mais do que a exclusão no processo político, as disputas que surgiram em torno da representação política dos camponeses acabaram por prolongar sua “ausência” na história política, diminuindo sua relevância¹⁵. A percepção do campesinato como alheio à política nacional levou, por consequência, à conclusão da necessidade de subordinação a outros setores da sociedade, ignorando ou mesmo conferindo pouca importância histórica às lutas e conflitos no campo.

Quando, em 2005, comecei a examinar a literatura sobre os movimentos de mulheres rurais me deparei com os mesmos obstáculos e me surpreendi com a repetição de algumas teses que agora versam sobre as *trabalhadoras rurais* ou *camponesas*. Ou seja, pode-se dizer que temos uma reprodução em termos de abordagem em relação ao campo e aos que nele vivem na medida em que sua ação política é evidenciada em momentos onde rompe com a expectativa de passividade e conservadorismo num contexto percebido como mais favorável. Nesse sentido, apontamos para a relevância das teorias que na contemporaneidade apontam para uma reformulação epistemológica contemplando uma perspectiva periférica ou “de baixo”.

Ainda faz-se necessário romper com as amarras eurocêntricas nos estudos sobre o campesinato. No caso das mulheres rurais ou camponesas, esta necessidade se impõe na medida em que a reflexão sobre as relações de dominação se amplia e aprofunda. A luta por direitos, forma historicamente situada das lutas das mulheres rurais, deve ser compreendida a partir das formas de resistência – múltiplas por natureza – e não de cima para baixo, a partir de um olhar reprodutor de pré-conceitos acerca do campesinato. Observar a luta por conquista de direitos e por fazer-se representar politicamente nos auxilia a traçar um quadro das lutas sociais contemporâneas sem que, contudo, precisemos reificar categorias de Estado¹⁶.

¹⁵ Dessa análise decorre a conhecida expressão de Martins: “o camponês nos projetos dos outros”. (MARTINS, 1981, p. 81).

¹⁶ Sobre esta questão, é fundamental a colocação de Bourdieu: “É no domínio da produção simbólica que particularmente se faz sentir a influência do Estado: as administrações públicas e seus representantes são grandes produtores de “problemas sociais” que a ciência social frequentemente apenas ratifica, retomando por sua conta como problemas sociológicos (para prová-lo, bastaria avaliar a proporção, variável, sem dúvida, de um país para o outro, e conforme

Novos aportes teóricos

As teorias decoloniais produzidas nas últimas décadas tem encontrado um espaço cada vez maior na sociologia brasileira recente. Há de se apontar um certo descompasso de seu desenvolvimento em outros países da América Latina e a permanência do predomínio da utilização da categoria *gênero* no Brasil até a primeira década do século XXI. Nesse sentido, estamos experimentando um debate que rapidamente se amplia e aprofunda na revisão teórica e epistemológica e a perspectiva decolonial tem incidido positivamente. No que se refere ao chamado “estudos de gênero”, tornou-se imperativo a articulação com as dimensões de raça e classe, algo que não era exigido há alguns anos atrás. Ao reivindicar uma ruptura com a visão eurocêntrica hegemônica, encontramos aqui um terreno fértil para a reflexão acerca dos aspectos que pontuamos até aqui: a relação cidade-campo e o lugar secundário destinado ao campesinato, as análises acerca das lutas historicamente empreendidas por essa fração da classe trabalhadora, frequentemente hierarquizada a partir de uma noção corrente acerca da *modernidade* e do *desenvolvimento*, e pela visão conservadora acerca da sua ação política e condições de protagonismo.

No âmbito das teorias feministas, o feminismo decolonial desponta como um aporte capaz não apenas de constituir-se como uma perspectiva crítica e sim de uma completa reformulação acerca das relações de poder e da intersecção entre classe, raça e gênero. Trata-se de um projeto de descentramento, ruptura epistemológica e superação do colonialismo e do imperialismo ainda inscritos na produção de conhecimento. Nesse diapasão, María Lugones (2014; 2008) aponta para a necessidade de se questionar a lógica “categorial” e homogênea característica da modernidade. Isto é, não basta se dispor a cruzar classe, gênero e raça. Como hoje nos parece evidente, tratar o feminismo como um movimento homogêneo é um enorme equívoco. Contudo, esse feminismo que advém da reflexão de mulheres negras, indígenas e periféricas demanda mais do que a constatação da diferença. Segundo

a época, das pesquisas que tratam dos problemas do estado, apresentadas de maneira mais ou menos científica)”. (BOURDIEU, 1996: p. 95)

Lugones, a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas e separáveis:

A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica “categorial”. Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica.

Lugones reivindica o questionamento da própria construção da categoria gênero tal como é comumente apropriada em diferentes vertentes teóricas e que carrega consigo a lógica dicotômica característica da construção colonial moderna¹⁷. Ao reposicionar as relações de poder a partir da contraposição ao colonialismo e ao imperialismo (ou seja, reconhecendo como força e dominação permanente e não superada), a autora traz uma contribuição fundamental para pensarmos acerca da forma como os estudos de gênero no Brasil tem problematizado a dimensão da política, a relação entre dominação e resistência, a relação entre movimentos sociais e como, atualmente, tem se aberto um espaço significativo para a noção de *interseccionalidade* como forma de alcançar os fenômenos sociais contemporâneos.

No que refere-se ao campesinato e, particularmente, às mulheres camponesas não apenas no Brasil, mas em toda América Latina (onde a

¹⁷ “Este sistema de género se consolidó con el avance del(os) proyectos(s) colonial(es) de Europa. Tomó forma durante el período de las aventuras coloniales de España y Portugal y se consolidó en la modernidad tardía” (LUGONES, 2008: 98)

questão indígena incide de maneira ainda mais forte e mais articulada ao campesinato), a perspectiva apontada por Lugones nos impele à renúncia da apropriação mecânica de um conceito como o de *gênero* assim como tomar identidades (como camponesa, exemplo) de forma descolada das complexas relações de poder que envolvem, inclusive, o controle e a cooptação por meio da construção dos saberes colonizados¹⁸. O que vimos com os estudos sobre as mulheres trabalhadoras rurais e camponesas no Brasil é a ênfase no “ser mulher”, pressuposição compartilhada com os estudos que universalizam a categoria “mulher” como cerne de sua construção teórica de forma extremamente abstrata e pouco atenta a outros marcadores sociais. O que observamos de lastro histórico remetia, no máximo, à sua condição social como mulher subalternizada duplamente: por ser mulher e por ser rural¹⁹. Porém, os nexos entre as diversas formas de resistência de norte a sul do país e uma análise mais acurada dos tipos de conflito dentro de uma estrutura social que permanece reproduzindo a expulsão do camponês ainda é uma lacuna.

A socióloga Yuderkys Espinosa-Miñoso coloca que o feminismo decolonial desponta hoje como forma potente de avanço na construção de uma epistemologia contra-hegemônica, elaborada a partir das margens, possibilitando novas interpretações. A partir do legado iniciado pelo feminismo negro, o feminismo decolonial surge como uma nova matriz exatamente por trazer à tona a dimensão do colonialismo. Não se trata de uma crítica rasa ao “feminismo burguês”, mas à sua *episteme*, conceitos e explicações completamente alheios à atuação histórica do racismo e da colonialismo. Relacionado ao que temos exposto, a autora pontua que:

“Mucha de la teorización feminista que se ha permitido escuchar a las feministas racializadas, además de los errores que antes hemos comentado, caen en otro error importante: se trata de dar menos relevancia a las

¹⁸ Neste artigo não avançaremos sobre as contribuições da autora e nos limitaremos a apontar a sua relevância para o estudo das relações de poder, dominação e resistências, sobretudo, pela forma como incide na sociologia brasileira.

¹⁹ Trata-se de buscar a especificidade de “ser mulher” e, a partir deste elemento, traçar a universalidade e sua invariável presença em diversos sistemas societários.

diferencias entre las mujeres, una vez que éstas han sido admitidas. La menor importancia consiste, por un lado, en darle un menor estatuto de conflictividad y relevancia a lo que consideran “otras” categorías de opresión de las mujeres. El problema es doble, pues siguen pensando compartimentada e independiente las opresiones de género, raza y clase, como si la raza y la clase fueran de orden distinto y actuaran paralelamente afectando sólo de forma específica y sumativa a un grupo de las mujeres. En su mirada “las mujeres” siguen constituyendo una unidad de sentido, más allá de la multiplicidad de la opresión que las diferencian. De su reflexión podemos ver cómo la opresión relevante para los estudios feministas sigue siendo aquella que “oprime a las mujeres por ser mujeres”, una opresión primaria que no admite discusión de forma tal que la raza y la clase aparecen como opresiones secundarias menores que no tienen un efecto sobre la forma como pensamos la opresión principal”. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014: 12)

O que coloca Espinosa-Miñoso é de enorme relevância por ser precisa em identificar obstáculos concretos à superação do eurocentrismo, seja nas teorias sobre desenvolvimento, seja na teoria feminista ou nas que buscam articular ambas as discussões. Com a ampliação da presença dos estudos pós e decoloniais (ainda que tardiamente) podemos dizer que a pesquisa social tem se renovado e retomado a problematização de conceitos como *colonialismo*, *desenvolvimento* e *imperialismo* incorporando a questão de raça e gênero. Neste contexto, os estudos do antropólogo Andrey Cordeiro Ferreira travam uma discussão com os estudos decoloniais apontando que:

“O estudo da resistência e da dominação política deve ser parte de um movimento de descolonização teórica da Antropologia e Sociologia. Isso não significa simplesmente uma mera denúncia ou negação em si das teorias e escolas de pensamento científico, mas uma ruptura com os padrões gerativos internos e com as bases sociais e de poder que produzem certo tipo de saber sobre as sociedades. Assim, a política de ruptura teórica com as bases coloniais da antropologia (*e da sociologia*) não pode ser senão uma teoria da ruptura política com os fundamentos de poder do colonialismo, o que implica, no limite, uma contrateoria do colonialismo e do Estado” (FERREIRA, 2013: 37)

Esta observação se respalda em sua pesquisa sobre o povo Terena na qual resgata os debates no seio dos movimentos de esquerda no século XIX (particularmente a Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT) e o surgimento da Sociologia como ciência. De acordo com o autor, o elemento principal do colonialismo é que as instituições (especialmente o Estado capitalista) e as categorias de classificação do mundo essencialmente ocidentais (como sociedade e cultura) são tomadas como modelos tanto para os conceitos científicos quanto para as sociedades colonizadas e suas relações. (FERREIRA, 2013). Nesse sentido, reivindica o debate entre Karl Marx e Mikhail Bakunin acerca do Estado e a proposição internacionalista que surge dos movimentos de resistência do século XIX como itinerário para a construção de uma teoria “de baixo para cima” capaz de lançar luz sobre as formas de resistências para além do contexto europeu abarcando a multiplicidade de experiências organizativas de camponeses, indígenas e trabalhadores urbanos nos países periféricos distanciando-se da necessidade de apontar um sujeito que teria, por destino, o protagonismo da mudança social.

Conclusão

Neste breve artigo buscamos demonstrar como os estudos decoloniais, como perspectiva teórica contemporânea, tem possibilitado a construção de novas questões de pesquisa no Brasil ao trazer a problemática em torno da noção de *desenvolvimento* (e dos diversos elementos que compõem esse debate em suas dimensões política, econômica e cultural) bem como no âmbito das teorias feministas. A conexão entre estes debates permite também a conexão com as “sociologias” pensadas em outros países da América Latina tornando possível uma maior aproximação e construção de eixos analíticos em comum. Aqui, analisamos o histórico de mobilização e organização das trabalhadoras rurais e camponesas apontando para a importância de se compreender as conseqüências da reprodução de determinados postulados sobre o campesinato acerca da sua ação política e de como os estudos de

gênero acabaram por reforçar o desconhecimento acerca desse elemento ao enfatizar a especificidade do “ser mulher” para explicar as relações assimétricas de poder. Analisar, por exemplo, como se dá a dinâmica mais ampla de luta por direitos e por representa-se politicamente torna-se limitada se nosso eixo se estruturar a partir dessa especificidade. É imprescindível a sua localização num processo de longa duração que envolve um histórico de conflitos que articula classe social, raça e gênero. Compreender o campesinato e as relações de gênero impõe uma perspectiva “de baixo para cima” e temos acordo com as perspectivas teóricas que tem avançado nesta direção entendendo que a multiplicidade de experiências não gera necessariamente fragmentação e, ao contrário, é capaz de erigir uma teoria que abarque a *mudança social* a partir exatamente dessa diversidade, prescindindo da obrigatoriedade em se estabelecer qualquer elemento de ordem, hierarquia e autoridade reificando assim uma visão eurocêntrica. Do contrário, nossa seletividade não será o resultado de uma opção teórico-metodológica na construção de um objeto de pesquisa e sim um canal de reprodução de teorias que reforçam o colonialismo.

Bibliografia

- BONI, Valdeti. *De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas*. Tese de Doutorado. UFSC, 2012.
- BORDALO, Caroline A. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco*. Dissertação de mestrado. CPDA UFRRJ, 2011.
- _____. *Sindicalismo rural e movimentos sociais: um estudo a partir do processo de formação do Movimento de Mulheres Camponesas*. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. UFF, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. *Uma crítica descolonial a La epistemologia crítica*. Revista Cotidiano. Março-Abril, 2014.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial*. Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 1, p. 255-288, Apr. 2014.
- _____. *Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e História das Relações de Poder entre os Terena e o Estado Brasileiro*. São Paulo: Editora da USP, 2013.

- FERREIRA, Andrey Cordeiro; TONIATTI, Tadeu B. de S. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina*. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.
- _____. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- LAUTIER, Bruno. *Desenvolvimento*. In: HIRATA, Helena. (et al.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- LERUSSI, Romina. *¿Cómo pensar hoy una política feminista en plural desde los aportes de Chandra T. Mohanty?* Sapere Aude, v. 1, n. 2, Dezembro. 2010.
- LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Florianópolis: Estudos Feministas, 2014.
- _____. *Colonialidad y Género*. Bogotá: tabula rasa, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1981.
- MASSON, Sabine. *Sexo/gênero, classe, raza: feminismo descolonial frente a la globalización: Reflexiones inspiradas a partir de la lucha de las mujeres indígenas en Chiapas*. Traducido por Pilar Castro Gómez. *Andamios* [online]. 2011, vol.8, n.17 [citado 2016-06-23], pp.145-177. Disponible en: <<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?>
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. “Sem terra”, “assentada”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: Norma Giarraca (org.). *Uma nueva ruralidad em América Latina*. Buenos Aires, EUDELA/CLACSO, 2001.
- _____. MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Sindicalismo no campo*. Entrevistas. Avaliação, perspectivas, desafios. 01. ed. Rio de Janeiro: CEDI, 1990. v. 01. 120 p.
- _____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE. 1989
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes. 2001.
- PAULILO, Maria Ignez Paulilo. *Movimento de Mulheres agricultoras: terra e matrimônio*. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº. 21, Junho 2000.
- _____. *Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, Janeiro-abril/2004.
- _____. PAULILO, Maria Ignez. *Movimentos de mulheres agricultoras e empoderamento no Brasil*. (2007). Mimeo.